

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Instabilidade no sistema provoca novo apagão no Amapá	2
Título: Amapá, a ponta do iceberg	3
Título: Brumadinho segue sem acordo	6
Título: CBO muda a estratégia e importa suas embarcações	8
Título: Crise põe em jogo futuro da Braskem Idesa	9
Título: Petrobras espera solução no México.....	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Compra da Liqueigás deve ter restrições.....	12
Título: » Ouro negro.....	13
Título: Brasil quer exportar tecnologia do etanol	14
Título: Amapá tem novo apagão total, o 2º em duas semanas	16
Título: Vale vai usar rejeitos em material de construção.....	17
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Relatório sobre apagão sai em dez dias, diz Aneel	18
VEÍCULO: O Globo.....	19
Título: Duas semanas depois, Amapá tem novo apagão	19
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	20
Título: Macapá e região tem nova noite às escuras	20

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/11/2020****Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília****Título: Instabilidade no sistema provoca novo apagão no Amapá**

Uma instabilidade no sistema de abastecimento provocou ontem uma nova queda de energia no Amapá. O blecaute ocorreu horas depois de a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ter informado que recebeu, antes do primeiro e mais grave incidente, um ofício da concessionária Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE) no qual a empresa relata o risco da operação de rede na pandemia. A informação foi confirmada ontem pelo diretor-geral da agência, André Pepitone, que participou, por videoconferência, de audiência pública do Congresso.

O envio do ofício foi uma das questões levantadas pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) para questionar a eficácia da fiscalização da Aneel. O parlamentar, que chegou a pedir à Justiça o afastamento da diretoria do órgão regulador, disse que, no ofício, a transmissora relata a possibilidade dos impactos da pandemia afetar as obras em andamento e a prestação do serviço de operação e manutenção.

A preocupação da empresa era de resguardar o seu direito em relação a possíveis “penalidades ou redução de receitas, decorrentes de eventos que não sejam possíveis evitar ou impedir que cause eventuais falhas ou atraso na prestação do serviço público”.

Para Randolfe, a agência deveria ter enviado sua equipe de fiscalização para uma “verificação in loco” e, assim, evitar o “caos” que ainda atinge o Estado.

Pepitone disse que, embora não tenha feito o acompanhamento presencial, não aliviou a transmissora em qualquer aspecto regulatório que pudesse comprometer a confiabilidade do abastecimento. “A Aneel respondeu que reconhece a complexidade do momento, porém não autorizou nenhuma flexibilização”, disse.

O diretor da Aneel informou que o relatório de investigação das causas do blecaute será concluído nos próximos dez dias.

Segundo o diretor, a última vez que a Aneel fiscalizou presencialmente a LMTE foi em fevereiro de 2019, quando os técnicos fizeram a vistoria da subestação de Oriximiná, que faz parte da linha de transmissão que apresentou falha no Amapá. Na ocasião, foi aplicada uma multa de R\$ 460 mil, já paga pela empresa.

Ao defender a atuação da Aneel, Pepitone afirmou que “nenhum sistema elétrico é infalível”, “imune à intercorrência”. “O que não podemos aceitar é a negligência”, pontuou.

Durante a audiência, o diretor disse que o sistema de transmissão de energia no Brasil é altamente confiável, inclusive o projeto de rede idealizado para atender o Amapá. “Tínhamos três transformadores no Amapá. A falha em mais de um transformador era um evento totalmente improvável do ponto de vista da engenharia, mas aconteceu.”

A tendência de órgãos reguladores no mundo de adotar o modelo de “regulação responsiva” foi usada pelo diretor para defender a estratégia de fiscalização, mesmo que não tenha conseguido detectar o risco de blecaute no Amapá.

A regulação responsiva, já difundida entre as agências reguladoras no Brasil, não está focada somente no controle da estratégia e das atividades cumpridas no dia a dia das empresas, mas no incentivo econômico ao aperfeiçoamento da prestação do serviço com qualidade. No caso da transmissão, se há melhora no desempenho, a concessionária consegue obter aumento de receita.

Pepitone ressaltou que esse modelo de regulação é recomendado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). A agência, segundo ele, passou a aplicar o novo conceito no fim de 2016.

“Desde então, a gente vê total reversão de tendência, em que a gente consegue reduzir 54% dos desligamentos de carga no país”, afirmou. Ele classificou a situação atual do Amapá como “completamente inaceitável”.

Ele voltou a afirmar que o blecaute, “antes de uma questão técnica, é uma questão social” e, por isso, a agência “apoia todas as medidas” para retomar a normalidade do abastecimento, pois reconhece que muitos consumidores estão há mais de uma semana sem energia. “Nossa prioridade é resolver o problema das pessoas”, disse o diretor, na audiência.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/11/2020

Seção: Opinião

Autor: Roberto D’Araujo

Título: Amapá, a ponta do iceberg

A metáfora do título, apesar de estranha, é apropriada. O Amapá é uma das pontas do Norte do Brasil, tem quase 150 mil quilômetros quadrados com uma população de quase 800 mil habitantes. A Grécia cabe dentro dele com folga.

Estando no extremo norte do país, foi um dos que não conseguiram atrair o capital privado no processo de privatização do setor elétrico da década de 90. Não ficou sozinho nessa rejeição. Acre, Rondônia e Roraima também não conseguiram. Esses se juntaram ao Piauí e Alagoas e foram parar na Eletrobras, que, por ordem do seu acionista majoritário, o governo, foi obrigada a se endividar para comprar as distribuidoras desses Estados. Note-se que a estatal nunca teve a distribuição de energia como um dos seus objetivos. É bom não esquecer esse detalhe nessa parte submersa.

Eletrobras nunca teve a distribuição de energia como um objetivo e foi obrigada a comprar estatais estaduais do NO

O Brasil é um dos recordistas mundiais de raios com mais de 77 milhões de descargas por ano, segundo o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Eles atingem linhas de transmissão e subestações e provocam desligamentos. Mas disjuntores de proteção adequados atuam para preservar os equipamentos. Mesmo se as estações estiverem seguras, ocorrem interrupções de suprimento que, com alguma manobra, podem ser restauradas em pouco tempo.

O Amapá está na fronteira do Brasil e, em qualquer rede que interligue o país, ele estará na periferia desse circuito. Por isso mesmo, os equipamentos e subestações que exercem essa conexão precisam de cuidados especiais. Ali não há outro caminho. Tudo se passa como se fosse um território isolado por um abismo físico com o resto e, portanto, uma ponte que o interligasse teria que ser muito bem construída e monitorada.

Certamente, esse não foi o caso da subestação LMTE (Linhas de Macapá Transmissora de Energia), concessão vencida pela empresa privada espanhola Isolux, em 2008.

Com certeza houve defeitos de projeto, tais como aterramento insuficiente, disjuntores incorretamente ajustados e buchas de má qualidade. Também houve falha de manutenção e ausência de equipamentos de redundância, como transformadores e equipes extras. Entretanto, raios caem sobre linhas e subestações quase todo dia e, se o padrão do nosso sistema fosse a da Isolux, nós estaríamos no escuro.

Portanto, não há muito sentido em detalhar as falhas, pois vários órgãos da imprensa já revelaram que a Isolux estava falida, foi adquirida por um grupo de investidores que tem a característica de assumir empresas com dificuldades financeiras e, através da Gemini Energy, adotou a concessão com uma política de contenção de custos. Tudo isso pode ser verificado por qualquer cidadão na internet.

O que o iceberg submerso não mostra é a fragmentação generalizada que tomou conta do setor elétrico brasileiro desde a reforma mercantil de 1995. Essa segmentação ocorre nos circuitos físicos e na responsabilidade dos órgãos que atuam no setor.

Além da Aneel, que mostrou não ter um corpo técnico para fiscalizar um sistema com mais de 140 mil km de extensão, o país tem o Operador Nacional do Sistema, a Empresa de Pesquisa Energética e a Câmara de Comercialização de Energia.

Todos cuidam do mesmo sistema físico sob diferentes óticas e, conseqüentemente, deveriam ter uma coordenação exemplar. Esse caso é apenas uma demonstração da fragmentação de responsabilidades geradas pela estrutura adotada no Brasil. No trajeto de 1995 até agora já ocorreram inúmeros conflitos de critérios entre essas instituições. Portanto, não é surpresa que um órgão reconheça antecipadamente um problema como o do Amapá e nenhuma medida concreta seja tomada.

No mundo físico também há essa fragmentação. Apenas como um exemplo, a subestação de Samambaia no Distrito Federal, concessão de Furnas, recebe linhas de transmissão de cinco empresas diferentes. Como as linhas se conectam dentro da estação, técnicas, equipes, tipos de aparelhos podem ser distintos, o que exige um amplo monitoramento que evite confusões. Tudo isso resulta em custos e riscos. Não é à toa que a Inglaterra, um dos ícones da mercantilização da energia, preferiu manter a sua rede de transmissão nas mãos da estatal National Grid.

Na enorme quantidade de análises que surgiram, algumas chegaram a contestar a estratégia de alimentar o Amapá com a energia do sistema interligado. Isso mostra o alto grau de desinformação sobre o nosso singular setor, que, por incrível que pareça, está ligado à geografia brasileira. Talvez muitos não tenham se dado conta que o Brasil ocupa um território com a maior diferença de latitude do planeta. Traduzindo, nós somos o país com a maior distância norte-sul e, portanto, temos climas e hidrologias diferentes.

Como temos uma matriz com 70% de usinas hidráulicas, isso permite que possamos transferir o equivalente a quase toda energia de Itaipu por esse imenso território. Nosso sistema, arquitetado e construído pela Eletrobras, é uma raridade, pois os fios funcionam como vasos comunicantes entre reservatórios distantes. Nenhum país tem arquitetura semelhante.

Assim, como negar essa vantagem a um Estado que, com quase 5 mil km² de florestas, colabora com os nossos “rios voadores” que ajudam esses mesmos reservatórios? Na realidade, a interligação do Amapá à rede nada mais é do que

uma obrigação de um país que conhece seu singular território e compartilha suas vantagens.

Entretanto, desde 2014 nosso sistema de reservatórios interconectados não enchem. Um dos motivos é que diversos rios têm apresentado aflúências abaixo da média de longo termo. Os rios Grande, Paranapanema, Paranaíba, Tocantins, São Francisco, Paraíba do Sul apresentam dados preocupantes.

Uma outra razão, um pouco mais difícil de entender é que, quando parte da oferta de energia está associada a usinas térmicas caras, até que haja a decisão de usá-las, quem gera no lugar delas são as hidráulicas. Nem a recessão econômica e a pandemia, que reduziram drasticamente o consumo de eletricidade, conseguiram recuperar o nosso estoque. Infelizmente, desde a adoção do modelo mercantil, multiplicamos a capacidade térmica por seis.

O cenário futuro é dramático, pois a ameaça de perder a Eletrobras, cuja subsidiária Eletronorte é a salvação do Amapá, pode nos deixar sem saída para outras surpresas previsíveis.

Só resta esperar que a tragédia do Amapá nos ajude a perceber o fragmentado iceberg submerso que nos ameaça.

Roberto Pereira D'Araujo é engenheiro eletricista M. Sc. e diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Rafael Rosas e Francisco Góes — Do Rio

Título: Brumadinho segue sem acordo

As conversas entre a Vale e as diversas instâncias governamentais que negociam com a empresa um acordo definitivo pelo rompimento da barragem da mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), tiveram ontem uma nova etapa, em meio à discussão sobre os valores envolvidos na reparação. Os entes governamentais pedem em Ação Civil Pública (ACP) R\$ 54 bilhões da mineradora, enquanto a Vale encomendou um estudo à consultoria Tendências, cujo parecer, assinado pelo ex-ministro Máílson da Nóbrega, aponta que o valor pedido pelos representantes do Estado “baseia-se em premissas que não têm amparo na teoria econômica”. O desastre de Brumadinho completa dois anos em 25 de janeiro de 2021.

Ontem, Vale e representantes da Defensoria Pública de Minas Gerais; da Advocacia Geral do Estado; do Ministério Público Estadual; do Ministério Público Federal,

da Defensoria Pública da União e da Advocacia Geral da União se reuniram em audiência de mediação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), órgão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

A mineradora informou em nota que “segue mantendo um diálogo construtivo com o governo de Minas e instituições de Justiça federais e estaduais, visando a um possível acordo em benefício de todo o Estado e especialmente das populações de Brumadinho e municípios impactados da calha do rio Paraopeba”. A Vale acrescentou que uma nova audiência está marcada para 9 de dezembro e disse que ontem ficou acordado que o pagamento emergencial será estendido até o fim do ano. Até então o pagamento ia até novembro.

A Vale provisionou US\$ 6 bilhões para cobrir a reparação por Brumadinho, o equivalente a R\$ 33,6 bilhões pelo câmbio atual. O pedido das instituições governamentais de R\$ 54 bilhões alcança quase os US\$ 10 bilhões.

O parecer da Tendências se atém ao cálculo de R\$ 26,7 bilhões feitos pelo governo estadual a título de reparação por supostos danos econômicos causados ao governo mineiro. O pedido é fundamentado em nota técnica da Fundação João Pinheiro (FJP), também ligada ao Estado. Para a Tendências, “o estudo da FJP contém uma série de falhas metodológicas que produzem substancial superestimativa dos supostos impactos econômicos do evento”. Segundo a Tendências, as medidas compensatórias tomadas pela companhia superam as perdas em mais de R\$ 4 bilhões em valores correntes. “Pela premissa implícita no pedido de indenização, qualquer acontecimento de uma empresa que resultasse em diminuição da sua produção poderia ser objeto de ação judicial, uma vez que, por menor que ela seja, sempre causa efeitos no restante da economia e na arrecadação”, diz o parecer.

Fontes próximas à negociação dizem que o objetivo da Vale é construir um acordo em que a empresa pague o valor “justo e necessário”, tendo por base três grandes blocos de governança com valores fixos: o primeiro seria o repasse de dinheiro para que os atingidos pelo rompimento da barragem tivessem gestão absoluta dos recursos; o segundo abarcaria ouvir os atingidos para que se aplicasse verbas em projetos prioritários; e o terceiro seria composto por recursos para que o Estado, sob tutela do Judiciário, aplicasse em projetos. Haveria ainda as indenizações individuais e as reparações ambientais, com governanças específicas e sem limite máximo de gastos.

Fonte disse que a preocupação dos envolvidos nas negociações é “não repetir Mariana”, onde a estratégia se mostrou lenta nas reparações, que ainda não foram completadas cinco anos depois do acidente. “A premissa essencial é ter governança e segurança jurídica. A governança precisa garantir entregas, medição e quitações. E segurança jurídica de que isso não seja somente mais

um TAC [Termo de Ajustamento de Conta]”, disse a fonte. Ontem, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, se manifestou sobre o caso no Twitter: “Recusamos oficialmente a proposta apresentada pela Vale no processo em que cobramos reparação pelo rompimento da barragem em Brumadinho. O que aconteceu em Mariana não se repetirá!”, escreveu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Gabriela Ruddy — Do Rio

Título: CBO muda a estratégia e importa suas embarcações

Em meio à entrada de operadores privados no setor de óleo e gás no Brasil, o Grupo CBO aposta na compra no exterior de barcos de apoio para atender ao esperado crescimento da demanda na indústria. A companhia deixa de lado a estratégia de construção de embarcações próprias no país adotada até 2018, tipo de investimento que acredita que vai continuar inviável por pelo menos mais uma década. Mesmo com a alta no número de contratações, as baixas taxas diárias pagas pela indústria atualmente não justificam novas obras. “O preço de um navio existente hoje é um terço do preço de construção. Acreditamos que podem faltar navios no Brasil e queremos ter ativos para oferecer às operadoras”, diz o presidente Marcos Tinti.

O primeiro passo da nova estratégia ocorreu ao final de 2019, quando a CBO comprou a unidade de apoio do tipo PSV (platform supply vessel) Standard Supporter, do Fletcher Group, que até então atuava no Mar do Norte. A embarcação deve chegar ao Brasil até o final do ano. A companhia, inclusive, já negocia uma nova aquisição, que deve ser fechada nas próximas semanas.

Paralelamente, em outubro o CBO anunciou a venda do estaleiro Oceana, em Itajaí (SC) à Thyssenkrupp Marine Systems, por um valor não divulgado. Assim, de sua estrutura de construção naval, a empresa mantém somente o estaleiro Aliança, em São Gonçalo (RJ), agora utilizado apenas como base de apoio e sede. No entanto, a companhia não descarta voltar a construir no país no futuro, conforme o aumento da demanda e das taxas diárias pagas para o apoio marítimo justifiquem os investimentos. “Com o passar do tempo, a disponibilidade de navios vai começar a minguar e as tarifas vão crescer e justificar a construção. Isso talvez esteja no radar dez anos à frente”, afirma Tinti.

A competitividade do país, no entanto, será um fator definidor para a estratégia futura. “Não podemos cair no erro de construir no Brasil a qualquer preço, temos que ser competitivos mundialmente. O importante é, quando isso

acontecer, construir com eficiência”, diz o diretor técnico e comercial, Marcelo Martins

Grupo tradicional no apoio marítimo, o CBO tem 32 embarcações de apoio de médio e grande porte, além de unidades de inspeção e construção submarina. A companhia foi fundada em 1978 e teve controle familiar até 2013, quando o Grupo Fischer se desfez do negócio, com a venda para os fundos de private equity Vinci Partners e Pátria, com 40% cada, em parceria com o BNDESpar, que tem os 20% restantes.

Ativo ao longo de praticamente todo o desenvolvimento da indústria de petróleo e gás no mar no Brasil, o grupo observa agora uma mudança no perfil de apoio marítimo, a partir da venda de ativos da Petrobras e da entrada de novos operadores no país. “Prevemos uma demanda extra. Nos preparamos para atender o pré-sal e as novas operadoras, que muitas vezes têm uma operação mais enxuta e de baixo custo”, diz o presidente da empresa.

O diretor de fusões e aquisições e relação com investidores do grupo, Rafael Kirsten, ressalta que a indústria já reiniciou as contratações, após a derrubada nos preços do barril no início da pandemia. “A incerteza saiu da mesa e as empresas passaram a colocar na praça novos projetos para contratação de embarcações. Entre setembro e novembro dezenas de licitações foram abertas. O ano de 2021 é bastante promissor: há oportunidade de talvez ter a maior taxa de ocupação da frota”, afirma o executivo.

Tendo em vista a busca das petroleiras em reduzir a pegada de carbono de suas atividades, a companhia também conduz esforços de transição energética. Recentemente, o grupo anunciou uma parceria com a Wärtsilä para a conversão de um PSV para propulsão híbrida, tecnologia que permite ao motor da embarcação alternar entre diesel e baterias.

O CBO também avalia a compra de navios movidos a amônia e a gás natural liquefeito (GNL), fontes tidas como menos poluentes. Ao mesmo tempo, a companhia estuda atender outros segmentos do mercado, como a geração eólica em alto mar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Crise põe em jogo futuro da Braskem Idesa

A crise entre o governo do México e a Braskem Idesa, controlada pela Braskem, se agravou nos últimos dias, ampliando as incertezas sobre o futuro do

complexo petroquímico inaugurado em 2016 no estado de Veracruz. Cumprindo a ameaça que vinha sendo feita há algum tempo, o presidente Andrés Manuel López Obrador anunciou o cancelamento do contrato de fornecimento de etano firmado entre Pemex e Braskem Idesa, na esteira de denúncias de corrupção e alegações de que o acordo é imoral. Mas a rescisão do contrato pode obrigar a estatal mexicana a comprar o complexo, que recebeu US\$ 5,2 bilhões em investimentos.

O **Valor** apurou que, até o momento, a Braskem Idesa não foi notificada pela estatal de petróleo e gás nem pelo governo mexicano sobre o cancelamento do contrato, e permanece operando normalmente. O pagamento de compensações financeiras pela Pemex por descumprir os volumes acordados em 2019 - cerca de US\$ 40 milhões - segue atrasado e não houve novo contato para possível revisão do acordo, que começou a ser discutida.

O contrato no México prevê o suprimento de 66 mil barris diários de etano, que é convertido em etileno no processo de produção do polietileno. Conforme informação da Braskem à SEC (do inglês Securities and Exchange Commission), no formulário 20-F relativo ao último exercício, se a Pemex não fornecer uma média de 70% do volume acordado por mais de seis meses, a Braskem Idesa pode rescindir o contrato e exercer uma opção de venda (“put”) contra a estatal, obrigando-a a comprar o complexo petroquímico. A opção de venda também poderia ser exercida em caso de encerramento indevido do contrato.

No documento, a Braskem reconhece o risco de eventuais alterações e rescisão do contrato “como resultado de pressão política”, embora por contrato a Pemex só tenha o direito de encerrar o compromisso antecipadamente em caso de inadimplência da Braskem Idesa por mais de seis meses ou parada emergencial da operação ou força maior por mais de 48 meses.

Em 2020, a Pemex tem fornecido etano em volumes próximos a 70%, mas ainda acima desse piso. As dificuldades operacionais da estatal, cuja produção de petróleo e gás declinou de forma significativa nos últimos anos e afeta a produção de petroquímicos como um todo no México, foi um dos motivos que desencadearam a crise. A disputa entre grupos políticos rivais no México, a admissão de culpa da Odebrecht - a controladora da Braskem assumiu pagamentos irregulares naquele país - e, mais recentemente, denúncias de corrupção do ex-presidente da Pemex Emilio Lozoya contra a Braskem Idesa tornaram a situação ainda mais complexa.

A companhia, que tem como sócio minoritário o grupo petroquímico mexicano Idesa, acaba de contratar um escritório americano para conduzir nova investigação interna e apurar as alegações de Lozoya, que a envolveu em seu

relato sobre um esquema de corrupção na Pemex que vigorou durante os anos de governo Felipe Calderón e Enrique Peña Nieto.

À época das apurações que resultaram na delação premiada da Braskem com autoridades do Brasil, Estados Unidos e Suíça, em 2016, a operação mexicana também teria sido investigada, sem que evidências de prática irregular tenham sido encontradas naquele momento.

O contrato de fornecimento de etano foi firmado em fevereiro de 2010, para começar a vigorar quando a construção do complexo estivesse pronta, e teria sido modificado posteriormente, com a inclusão de cláusulas mais rígidas para o caso de não cumprimento de volumes mínimos de suprimento pela Pemex, cuja produção de petróleo já indicava declínio. Esse é o principal ponto de queixa do governo. As condições comerciais, defende a Braskem Idesa, são exatamente aquelas que estavam previstas na licitação internacional que venceu em 2010.

Para o atual presidente mexicano, o contrato que vale até 2035 é “leonino” e injusto com a Pemex, por obrigá-la a fornecer etano a preços abaixo das cotações de mercado atuais e impor penalidades. Desde a campanha eleitoral, Obrador explorou o escândalo de corrupção envolvendo os governos anteriores e a Odebrecht e há quase um ano defende no mínimo a revisão do acordo.

Para garantir taxas de operação mais elevadas, o complexo petroquímico, que tem capacidade de produção de 1,05 milhão de toneladas por ano de polietileno, tem importado etano dos Estados Unidos. Uma solução definitiva, conforme a empresa, passaria pela construção de um novo terminal de importação, com ajustes no contrato original.

Procurada, a Braskem informou em nota que o contrato assinado pela Braskem Idesa permanece em vigor e válido. “A empresa reforça seu compromisso na busca de soluções construtivas para o suprimento de etano, que permitam seguir produzindo, gerando empregos e renda no país e contribuindo para a balança comercial mexicana.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Petrobras espera solução no México

O fornecimento de matérias-primas também é tema de discussão da Braskem no Brasil, com a Petrobras, que ainda é a principal fornecedora local e a segunda maior acionista da companhia, com 36,1% do capital total - a Odebrecht tem 38,3%. Novos contratos de suprimento de nafta para as centrais de Camaçari

(BA) e Triunfo (RS) já foram assinados, mas ainda faltam os acordos para São Paulo, que vence em dezembro, e Rio de Janeiro, que se encerra no ano que vem.

As discussões, porém, não se limitam a matéria-prima. Com intenção declarada de vender sua participação, a estatal, que no ano passado conseguiu mudar o comando da Braskem, tem pressionado a petroquímica pela solução de grandes pendências, entre as quais a situação no México.

A Petrobras também tem cobrado agilidade na resolução do problema geológico e socioambiental em Alagoas, que já levou a Braskem a provisionar R\$ 8,5 bilhões. O valor ainda pode crescer, uma vez que o acordo definitivo com as autoridades não está assinado. Mas a reserva desses recursos, com desembolso efetivo ao longo dos próximos anos, mostra que a companhia está buscando soluções definitivas.

Com a Odebrecht, a Petrobras negocia mudanças no acordo de acionistas da Braskem, firmado em 2010, em movimento que pode culminar na migração da petroquímica para o Novo Mercado da B3. Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, esse movimento interessa mais à estatal, que poderia vender suas ações no mercado, do que a Odebrecht, que prefere buscar um novo interessado na empresa.

As tratativas em torno do acordo e da listagem no Novo Mercado tiveram início em 2017 e a Petrobras buscava, além de melhorias na governança, garantir mais direitos para sua posição - enquanto Odebrecht pode indicar presidente e diretor financeiro da companhia, a Petrobras só escolhe o diretor de investimentos, por exemplo. Essas conversas foram interrompidas quando a LyondellBasell apresentou uma proposta de compra da Braskem. A Lyondell desistiu da operação em junho do ano passado, após um ano e meio de discussões, e um dos pontos que pesaram foi Alagoas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/11/2020

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues / BRASÍLIA

Título: Compra da Liquigás deve ter restrições

Em um dos julgamentos mais esperados deste ano, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) deve impor hoje restrições à compra da Liquigás, empresa de gás de cozinha da Petrobras, por um consórcio liderado pela Copagaz e Itaúsa, braço de investimentos do Itaú Unibanco. O negócio foi anunciado no fim do ano passado por R\$ 3,7 bilhões. Segundo o

Estadão/Broadcast apurou, a tendência é que, para aprovar a operação, o Cade feche um acordo pelo qual a Copagaz e a Nacional, que também integra o consórcio, terão de vender ativos para empresas menores.

Além disso, a Copagaz ficará com a marca Liquigás e repassará para concorrentes marcas secundárias detidas pela empresa da Petrobrás, como Tropicgas e Novogas. A proposta de acordo será levada hoje ao tribunal do Cade pelo conselheiro Maurício Bandeira Maia, relator do caso, e ainda passará pelo crivo dos demais integrantes do tribunal. Procurado, o consórcio liderado pela Copagaz/Itaúsa não quis comentar o assunto. A ideia do entendimento negociado pelo conselho é dividir os ativos da Liquigás entre as empresas de forma que a concentração de mercado resultante possa, ainda, gerar concorrência nesse setor, que é considerado concentrado.

Em 2018, o Cade barrou a primeira tentativa da Petrobrás de se desfazer da Liquigás, segunda maior empresa de gás GLP do país, para a líder de mercado Ultragas. A avaliação foi que o negócio criaria uma gigante e prejudicaria a competição. Participação. Temendo novo revés no Cade, Copagaz e Liquigás desenharam agora a operação de forma a reduzir o controle de mercado que seria detido pela primeira empresa em cada Estado. Pela proposta inicial, considerada insuficiente pelo conselho, a Copagaz/Itaúsa ficaria com 79% dos ativos da Liquigás, a Nacional com 20% e a Fogás com 1%.

As restrições impostas pelo Cade devem mudar essa participação, aumentando a fatia da Fogás e reduzindo a das outras duas empresas. Apesar de a Copagaz ter cerca de 10% do mercado nacional, a análise do Cade considerou que a participação da empresa pode ser muito alta em determinados Estados, o que levou o conselho a negociar um repasse maior de ativos para a pequena Fogás, como forma de criar um concorrente adicional nos mercados mais preocupantes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/11/2020

Seção: Colunas

Autor:

Título: » Ouro negro.

Coluna do broadcast

O preço do barril de petróleo Brent, negociado em Londres e usado como referência por empresas como a Petrobrás, deverá fechar o ano próximo a US\$ 40 por barril, de acordo com o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). É o mesmo patamar que esteve nos últimos meses. A análise é de que a volatilidade

de preços tem aumentado a cada década e as incertezas no radar como as da pandemia contribuirão para reforçar essa tendência.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/11/2020

Seção: Economia

Autor: Augusto Decker

Título: Brasil quer exportar tecnologia do etanol

Inovação brasileira no setor vem desde o Proálcool, que completa 45 anos este ano

Há décadas, o Brasil é referência no setor de etanol, combustível menos poluente e feito, aqui, principalmente da cana-de-açúcar, cuja produção o País também lidera. Além de manter um amplo programa de substituição de combustíveis fósseis por renováveis, o Brasil busca ampliar, no mundo, o mercado do etanol, sobretudo na Índia, outro grande produtor de cana-de-açúcar. Iniciativas sustentáveis como essa serão discutidas no Summit Agronegócio Brasil 2020, promovido pelo 'Estadão', que será realizado entre os dias 23 e 25 de novembro.

O uso do biocombustível traz vantagens econômicas e ambientais: cálculos da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), entidade representativa de unidades produtoras no centro-sul do Brasil, indicam que, entre março de 2003 – quando foram lançados os carros flex – e dezembro de 2019, o consumo de etanol reduziu em 600 milhões de toneladas as emissões de gases causadores de efeito estufa. A inovação brasileira no setor vem desde o Proálcool, que completa 45 anos este ano.

Na atualidade, o País também inova com o RenovaBio, programa aprovado em 2017 que visa a estimular o uso de biocombustíveis. Nele, produtores e importadores de biocombustíveis se certificam e são autorizados a emitir Créditos de Descarbonização (CBIOs). O governo estabelece metas de redução de emissões das distribuidoras de combustíveis fósseis, que terão de adquirir os CBIOs para compensar o descumprimento dessas metas.

Cada CBIO que as distribuidoras adquirem equivale a uma tonelada de dióxido de carbono que deixou de ser emitido. Portanto, quanto mais as distribuidoras venderem combustíveis poluentes, mais CBIOs terão de adquirir. A meta total das distribuidoras para este ano é de 14,5 milhões de CBIOs, ou seja, serão compensados 14,5 milhões de toneladas de CO₂. Essa meta era, originalmente, de 28,7 milhões, mas foi revisada ao longo do ano por causa da pandemia da

covid-19, que reduziu a demanda por combustíveis. Para o ano que vem, a meta total é de 24,86 milhões.

Ela avançará ano a ano até que, em 2030, chegará a 90,67 milhões de CBIOS, neutralizando, portanto, 90,67 milhões de toneladas de dióxido de carbono. Entre 2020 e 2030, as metas preveem neutralização de mais de 600 milhões de toneladas de CO₂. Ainda há, no entanto, disputa sobre essa questão. Recentemente, uma liminar concedida pela Justiça a pedido da Associação das Distribuidoras de Combustíveis (Brasilcom) autorizou a redução das metas de 2020 a 25% do previsto no início do ano.

As distribuidoras disseram não ter condições de adquirir nem mesmo os números revisados de CBIOS por causa dos efeitos econômicos da pandemia, da falta de tempo e da baixa disponibilidade de Créditos de Descarbonização no mercado. Alguns dias depois, porém, o Tribunal Regional Federal da 1.^a Região suspendeu a liminar e retomou as metas anteriores. Setor privado. Além dos programas governamentais, o setor privado também trabalha na transição para combustíveis mais limpos.

No mês passado, a Raízen, joint venture de Cosan e Shell e maior processadora de cana do País, inaugurou sua primeira planta de biogás de subprodutos da cana em escala comercial, em Guariba (SP). O investimento foi de R\$ 153 milhões. A produção de biogás usa torta de filtro e vinhaça como matéria-prima. A planta foi feita na unidade da Raízen que tem a segunda maior moagem de cana, assim a matéria-prima para o biogás será o resíduo da produção de álcool e açúcar. Com isso, será possível produzir 50% de energia elétrica a mais sem que seja necessária mais cana.

“A companhia entende a importância da economia circular e os atributos da cana-de-açúcar, e com a evidente transformação na indústria dos biocombustíveis e da energia elétrica, enxergamos na biomassa a transição adequada para uma matriz mais limpa e renovável”, afirmou, em entrevista por email, o Relações Institucionais e Desenvolvimento Sustentável da Raízen, Cláudio Oliveira. O Brasil tenta estimular também que outros países adotem o etanol – hoje, o mercado do biocombustível ainda é muito concentrado em Brasil e Estados Unidos. Em janeiro, esse foi um dos assuntos na pauta da missão do presidente Jair Bolsonaro à Índia.

O país é o segundo maior produtor de cana-de-açúcar do mundo, atrás do Brasil, mas a maior parte de suas usinas converte a planta apenas em açúcar, pois não têm tecnologia para produzir etanol. Isso prejudica tanto Brasil quanto Índia, já que cria um excesso de oferta do adoçante e pressiona os preços. Além disso, a Índia sofre com poluição do ar e com a necessidade de importar petróleo, dois problemas que o etanol poderia ajudar a reduzir.

Eduardo Leão de Sousa, diretor executivo da Unica, foi à Índia duas vezes após a missão em janeiro. “O trabalho continua. As missões físicas foram interrompidas pela pandemia, mas mantemos o trabalho, até em discussões virtuais com o governo deles”, afirma. Para ele, além da Índia, outros países podem evoluir na produção de biocombustíveis. “O desafio de poluição nas cidades é muito presente na Ásia. E são países que crescem muito e precisarão de mais energia ao mesmo tempo que terão de reduzir a capacidade dos fósseis.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/11/2020

Seção: Metrópole

Autor: Anne Warth Amanda Pupo Vinícius Valfré / BRASÍLIA

Título: Amapá tem novo apagão total, o 2º em duas semanas

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informou que um novo apagão atingiu todo o Estado do Amapá na noite de ontem. As causas do blecaute ainda não foram divulgadas. É o segundo caso no mês. Há duas semanas, no dia 3, um incêndio na subestação Macapá, da concessionária Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE), deixou 14 dos 16 municípios do Amapá no escuro por quase quatro dias. O serviço não voltou 100% desde esse dia e o abastecimento ocorria por rodízio. A reportagem procurou o **Ministério de Minas e Energia (MME)**, mas a pasta não se pronunciou.

O mesmo ocorreu com a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). Em nota, a LMTE informou que o apagão não teve origem em sua linha de transmissão e não há nenhum problema no transformador instalado na subestação da LMTE, que continua disponível e operando desde 7 de novembro. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) informou que não há energia em toda Macapá e nos municípios de Santana e Mazagão. Os serviços de telefonia móvel também estão prejudicados nessas localidades. Não é possível fazer ou receber chamadas telefônicas. Caso anterior.

A empresa responsável pela subestação em Macapá que pegou fogo levou quase um ano para enviar um transformador que estava inoperante para conserto. Com problemas desde dezembro, o contrato de reparo do equipamento foi assinado em setembro, mas o Estadão/Broadcast apurou com duas fontes que o transporte do transformador até Santa Catarina, onde será feita a manutenção, começou apenas no último domingo. A subestação é operada pela LTME, que deveria ter três transformadores prontos para levar energia ao Estado.

A reportagem questionou a empresa sobre onde estava o equipamento danificado desde dezembro neste momento. Inicialmente, a resposta foi que

estava com o fabricante para reparos especializados na fábrica, em Santa Catarina. Depois, corrigiu, afirmando que estava em trânsito, a caminho da fábrica. A concessionária foi questionada sobre o dia exato do embarque do transformador, mas disse que nenhuma outra informação seria divulgada. A Gemini Energy detém 85,04% de participação na linha, e 14,96% são da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/11/2020

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Vale vai usar rejeitos em material de construção

Fábrica piloto da mineradora vai produzir 3,8 milhões de material pré-moldado

Responsável por dois dos maiores desastres ambientais do Brasil (Mariana e Brumadinho), a Vale tenta encontrar novos destinos para os rejeitos da mineração e desafogar suas barragens. A mineradora inicia nesta semana um projeto-piloto que visa transformar esse material em produtos para a construção civil, como blocos de concreto e pisos. Embora ainda incipiente, a alternativa é vista por especialistas como uma forma de reduzir a dependência pelas barragens, que viraram um risco iminente para as famílias que moram no entorno. A iniciativa da Vale vem num momento em que há uma escalada da consciência socioambiental no mundo. Isso tem motivado empresas a se movimentar para não perderem mercado nem serem prejudicadas entre investidores e financiadores.

No caso da mineradora, avaliam especialistas, apesar de ter conseguido recuperar o valor de mercado perdido com os acidentes, há também a tentativa de melhorar a imagem no mercado. A fábrica foi construída numa área de 10 mil metros quadrados dentro da unidade da Mina do Pico, no Complexo Vargem Grande, em Minas Gerais. Totalmente automatizada, a planta – resultado de um programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de R\$ 25 milhões – será operada por oito mulheres e deve passar por dois anos de testes. Segundo a empresa, a unidade tem capacidade para reaproveitar cerca de 30 mil toneladas de rejeitos e produzir 3,8 milhões de materiais pré-moldados para a construção civil.

O volume, no entanto, é pequeno perto da quantidade produzida pela Vale nas operações de minério de ferro. Em 2019, foram 55,2 milhões de toneladas – esse montante não inclui o material estéril, que é empilhado. O processamento a seco representa em torno de 60% da produção de minério da empresa. “Esse projeto não envolve retirar o rejeito da barragem. O que vamos fazer é dar um

novo destino para o material ao sair da mina”, diz o gerente executivo de Licenciamento Ambiental da Vale, Rodrigo Dutra. Segundo ele, em vez de empilhar ou colocar na barragem, o material será enviado para a fábrica produzir os blocos.

Essa é a primeira iniciativa da Vale para reaproveitar os rejeitos das minas. O projeto contará com a cooperação técnica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG), que terá dez pesquisadores atuando na pesquisa. “Por estarmos dentro da unidade de mineração, teremos mais capacidade de pesquisarmos a aplicação de diversos resíduos e validarmos a tecnologia, desenvolvida em laboratório, no ambiente produtivo em escala industrial”, diz Augusto Bezerra, pesquisador líder do projeto e professor do Cefet-MG. Segundo a Vale, nos dois anos de testes, os blocos produzidos na fábrica serão usados internamente e também doados para comunidades, prefeituras e parques.

O primeiro lote será destinado à construção de um piso drenante na Reserva de Linhares, no Espírito Santo, administrada pela empresa. Viabilidade econômica. Mas tornar o projeto viável não é uma tarefa fácil. O vice-diretor de Habitat e Infraestrutura do Instituto de Engenharia (associação dos engenheiros), Habib Jarrouge Neto, diz que a iniciativa da Vale é algo que se tenta tirar do papel há algum tempo, mas que ainda não se mostrou viável economicamente.

Mas o executivo argumenta que o alto grau de periculosidade que as barragens passaram a representar pode ser um fator que impulse novas tecnologias para tornar o projeto viável. O aproveitamento total de rejeitos já é feito em outros países. Na China, a meta é aproveitar 22% de seu volume de rejeito mineral até 2022. “Depois dos acidentes de Mariana e Brumadinho, a legislação ficou mais rígida para a construção de novas barragens e para a manutenção das atuais. Por esse motivo, pode valer a pena subsidiar esse novo negócio.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/11/2020

Seção: Mercado

Autor:

Título: Relatório sobre apagão sai em dez dias, diz Aneel

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) espera finalizar em dez dias o relatório sobre as causas do apagão que atinge o estado do Amapá há duas semanas. Em seguida, promete aplicar punições aos responsáveis.

As informações foram passadas pelo diretor-geral da agência, André Pepitone da Nóbrega, durante audiência na comissão mista do Congresso que

acompanha as ações de enfrentamento à Covid, na manhã desta terça-feira (17).

O incêndio em uma subestação, no dia 3, deixou 90% da população do Amapá sem fornecimento de energia. A maior parte do estado ainda enfrenta os transtornos do apagão.

“Vamos atuar com todo rigor e responsabilidade, buscando a responsabilidade dos atores envolvidos. Não vamos apurar somente a causa da falta do serviço de energia no Amapá e apresentar as medidas corretivas, mas também vamos apurar responsabilidades e aplicar punições. Entendemos que essa situação é completamente inaceitável”, disse Nóbrega.

A subestação é operada pela LTME (Linhas de Macapá Transmissora de Energia) — da qual a empresa privada Gemini Energy detém 85% de participação na linha.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/11/2020

Seção: Economia

Autor: PAULA FERREIRA, MARCELLO /CORRÊA E ISABELLA MACEDO

Título: Duas semanas depois, Amapá tem novo apagão

Novo blecaute foi confirmado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico. Diretor da Aneel afirma que relatório sobre a primeira falta de energia no estado só sairá em dez dias e compara episódio a desastre aéreo

O Amapá sofreu um novo apagão ontem, duas semanas depois de registrar um blecaute, que ainda não foi integralmente resolvido. De acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), houve um novo desligamento de energia, mas, até o fim da noite, não havia detalhes sobre quantos municípios tinham sido atingidos.

Procurada, a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) informou que ainda apura o que ocorreu. Há relatos de que o centro da capital do estado, Macapá, ficou sem energia por volta das 21h.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) usou as redes sociais para denunciar que o Amapá sofria um novo apagão total na noite de ontem.

De acordo com informações da Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE), não houve problemas na subestação que falhou no primeiro blecaute.

CHEGADA DE GERADORES

“A Linhas de Macapá Transmissora de Energia informa que o apagão em Amapá nesta noite (17/11) deve ser confirmado com as autoridades, e que não há nenhum problema no transformador da subestação LMTE, que segue disponível desde a reenergização em 7/11, e vem operando com alta performance”, disse a empresa, em referência ao equipamento que causou a primeira falta de energia.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone da Nóbrega, foi questionado ontem no Congresso sobre atuação da agência reguladora no primeiro apagão. Segundo ele, o relatório com a análise das causas do apagão deve ficar pronto em dez dias.

Ao explicar o primeiro apagão, Pepitone da Nóbrega o comparou a um desastre aéreo:

— O blecaute é como se fosse um desastre aéreo, ele não acontece apenas por uma falha, temos diversas intercorrências que levam ao blecaute.

Na segunda-feira, chegaram ao Amapá balsas levando cerca de 40 geradores movidos a combustível. Os equipamentos deveriam permitir de forma provisória restabelecer em 100% a energia no estado, mas a capacidade de atendimento aumentaria aos poucos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 18/11/2020

Seção: Brasil

Autor:

Título: Macapá e região tem nova noite às escuras

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informou que um novo apagão atingiu todo o Amapá, na noite de ontem. As causas do blecaute ainda não foram divulgadas. É o segundo apagão que atinge o estado neste mês. Há duas semanas, no dia 3, um incêndio na subestação Macapá, da concessionária Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE), deixou 14 dos 16 municípios às escuras por quase quatro dias.

Em nota, a LMTE informou que o apagão não teve origem em sua linha de transmissão e que não há nenhum problema no transformador instalado na sua subestação, que segue disponível e operando desde 7 de novembro. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) informou que o novo apagão começou por volta das 20h35. Ele disse que não há energia em toda Macapá e nos municípios de Santana e Mazagão

Em sua conta no Twitter, ele publicou o seguinte comunicado: “Atenção! Estamos novamente com apagão total no Amapá. É urgente um esclarecimento das autoridades responsáveis sobre o que aconteceu neste momento”.

Com o novo apagão, os serviços de telefonia móvel também estão prejudicados nessas localidades. Não é possível fazer ou receber chamadas telefônicas nas áreas afetadas. A comunicação só é possível nos locais em que há internet sem fio, com equipamentos abastecidos por geradores. Desde o início da crise, os hotéis de Macapá estão lotados.

O Ministério de Minas e Energia e a Companhia de Eletricidade do Amapá não se pronunciaram sobre o novo apagão.

Mais cedo, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, disse ontem que será realizada uma “devassa” no sistema interligado nacional de energia, por conta do apagão, para que os órgãos responsáveis possam identificar se existe algum ponto do sistema com problema. Conforme disse, a previsão está em ofício editado pela diretoria da Aneel, em que se exige do ONS uma “verdadeira varredura” no sistema.

Em depoimento na audiência pública do Congresso para prestar esclarecimentos sobre o apagão no Amapá, Pepitone garantiu que mais um gerador desembarcou, ontem, no Porto de Santana, em Macapá, e que até o fim desta semana a energia será restabelecida.

Ele disse ainda que a Aneel iniciou os estudos para aprimorar o atendimento no Amapá. Uma das possibilidades é fazer com que a energia produzida pelas usinas de Cachoeira Caldeirão e de Ferreira Gomes, ambas no estado, possa ser injetada no sistema da companhia de distribuição que atende aos amapaenses.

[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM
1875JULIO MESQUITA
(1894 - 1947)

Quarta-feira 18 DE NOVEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 48418

estadão.com.br



Retomada Verde

No centro, verde no lugar de vagas de estacionamento

Canteiro na Rua Capistrano de Abreu; Subprefeitura de Sé tem estimulado a população a pedir a transformação de trechos de ruas em jardins de chuva e minipraças. Ao todo, 15 "vagas verdes" foram implantadas. METRÓPOLE / PÁG. A21

NAQUARENTENA
GEL, DE GOIABA A
CALDO DE PEIXE

Uso da técnica culinária dá aos chefs múltiplas possibilidades. PÁGS. H1 e H2



DANIEL TEIXEIRA - ESTADÃO

No Brics, Bolsonaro diz que países comprem madeira ilegal do Brasil

Na semana passada, presidente citou países europeus como supostos 'receptores'

Em discurso ontem na cúpula do Brics, bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o presidente Jair Bolsonaro disse que vai "revelar nos próximos dias" a lista dos países que compram madeira extraída ilegalmente da Amazônia. Bolsonaro afirmou que o País sofre com "injustificáveis ataques" em relação à região amazônica e que algumas nações que criticam importam madeira brasileira ile-

● **Governo flexibilizou exigências**
Em março, o Ibama reduziu o número de documentos necessários para a movimentação de madeira. PÁG. A19

galmente. França, Bélgica, Inglaterra, Portugal, Dinamarca e Itália foram citados na semana passada pelo presidente brasileiro como supostos "receptores" de madeira ilegal, com base em

rastreamento feito pela Polícia Federal. A maior parte da madeira que deixa o Brasil é utilizada no exterior como matéria-prima pela indústria moveleira, além de construção de casas e escafohos. Apesar da retórica, o governo não fez nenhum movimento oficial, via Itamaraty ou Ministério da Justiça, para informar aos demais países sobre a possibilidade de estarem colaborando com o crime. METRÓPOLE / PÁG. A19

Flávio desviou R\$ 6 milhões em rachadinha, afirma MP

Na denúncia em que imputa os crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e peculato a Flávio Bolsonaro e mais 15 pessoas, o MP do Rio detalha como as movimentações financeiras do hoje senador estão ligadas a um esquema que teria desviado R\$ 6 milhões da Assembleia Legislativa do Rio por meio de "rachadinha". O MP também fala em "enriquecimento ilícito" do senador. POLÍTICA / PÁG. A15

● **Descuido de Queiroz vira prova**
Ex-assessor teve de se identificar ao repassar R\$ 25 mil para conta da mulher de Flávio. PÁG. A15

Apagão atinge todo o Estado do Amapá pela 2ª vez

Um novo apagão atingiu todo o Estado do Amapá na noite de ontem, segundo informou o Operador Nacional do Sistema Elétrico. As causas não foram divulgadas. É o segundo blecaute em duas semanas, desde que um incêndio em uma subestação de energia em Macapá deixou 14 dos 16 municípios do Estado no escuro. Nos últimos dias, o abastecimento vem sendo feito pelo sistema de rodízio. METRÓPOLE / PÁG. A20

● **Concessionária nega culpa**
A LMTE informou que apagão não teve origem em sua linha de transmissão ou no transformador instalado. PÁG. A20

Casos de covid voltam a crescer em Paraisópolis

Indícios do aumento de casos de covid-19 preocupam Paraisópolis, uma das maiores favelas de São Paulo. Moradores relatam alta no número de atendimentos de pessoas com síndrome respiratória na última semana. METRÓPOLE / PÁG. A22

Jornal do Carro

Jaguar F-Type. Linha 2021 chega renovada. PÁG. 10

Tempo em SP 10º Min. 21º Máx.

No 1º grande teste, Brasil vence o Uruguai

ESPORTES / PÁG. A24

NOTAS & INFORMAÇÕES
Como agem os inimigos da democracia

Inconformados com a redemocratização não descansarão enquanto não realizarem sua obra deletéria. PÁG. A3

O Brasil cada vez mais isolado
Na cúpula do Brics, Bolsonaro reforça narrativas. PÁG. A3

Tragédia num paraíso do Nordeste

Um casal e um bebê morreram soterrados ontem após um trecho de falésia desmoronar sobre eles na Baía dos Golfinhos, uma das mais famosas da Praia da Pipa, no Rio Grande do Norte. METRÓPOLE / PÁG. A20



REPRODUÇÃO / CONTRASTO

O 'preço' da eleição
ENTRE R\$ 0,21 E R\$ 40 POR VOTO

Um voto de Covas "custou" R\$ 8,73, enquanto o de Boulos saiu por R\$ 3,67. Variação em SP foi de R\$ 0,21 a R\$ 40. POLÍTICA / PÁG. A4

Vera Magalhães

Covas e Boulos demonstrarão maturidade se continuarem dispensando padrinhos. POLÍTICA / PÁG. A10



ESQUENTA

BLACK FRIDAY CAO A CHERY

OFERTAS IMPERDÍVEIS

VerCapas

VEJA NAS PÁGINAS 8 e 9

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

FOLHA100: FALTAM 93 DIAS

QUARTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 2020

ANO 100 * Nº 33.467 * R\$ 5,00

Arquivo pessoal



Praia de Pipa logo após o desabamento de falésia que matou família (ao lado)

Falésia desaba na praia de Pipa (RN) e mata casal e bebê

Uma família morreu após desabamento de falésia ontem na praia de Pipa, um dos pontos turísticos mais conhecidos do Rio Grande do Norte. As vítimas eram Hugo Mendes Pereira, 32, Stela Silva de Souza, 33, e o filho deles, Sol, de 7 meses. Cotidiano B4



Hugo Mendes Pereira no Facebook

Ilustrada B7



Imagem do músico exposta no museu online que o homenageia. Glória Flugel

Itamar virtual

Itamar Assumpção é tema de 1º museu online sobre artista brasileiro negro

Esporte B6

Após bater os lanternas, Brasil supera o Uruguai nas Eliminatórias

ENTREVISTA Barack Obama

O Brasil ainda tem problemas profundos de corrupção

O ex-presidente dos EUA Barack Obama, que lança nesta semana novo livro de memórias, afirma em entrevista a Sérgio Dávila que está claro que o Brasil ainda tem problemas profundos com a corrupção sistêmica.

"Minha esperança é que o trauma político recente possa levar a um tipo diferente de política e que uma nova geração de brasileiros possa liderar", diz Obama, que aborda ainda suas impressões sobre Lula. Mundo A18

Para chefe do Mercado Livre, Pix ajudará fintechs

Cofundador e presidente do Mercado Livre, Marcos Galperin comemora a licença recebida do Banco Central para atuar como uma instituição financeira no Brasil. A empresa busca se firmar como fintech, instituição voltada à inovação tecnológica em finanças, e o executivo vê o lançamento do Pix como positivo para o crescimento do segmento. Mercado A25



Covas em café da manhã com sindicalistas. Zanone Fraaijs/Folhapress

Trabalhador com corte de salário e jornada tem direito ao 13º integral, divulga ministério A22

Bolsonarista é preso por burlar decisão de Moraes

A PF prendeu o blogueiro bolsonarista Oswaldo Eustáquio por ter burlado decisão do ministro do Supremo Alexandre de Moraes. Ele saiu de Brasília sem autorização prévia e foi a SP, onde fez suposta reportagem contra Guilherme Boulos (PSOL). Poder A15

Após duas semanas, capital do Amapá vive novo apagão completo, informa televisão B5

Peço desculpas aos colegas e à sociedade brasileira pelos problemas que enfrentamos

Luís Roberto Barroso, presidente do TSE, sobre atraso A16

Taxa de reeleição de prefeitos cresce em relação ao pleito de 2016 e chega a 63% A11

'Vão ter que aprender a conviver comigo', afirma primeira negra na Câmara de Curitiba A13

Kassab diz que eleitor negou radicalismo e que isso não tem a ver com Bolsonaro ou 2022 A15

Vereadora mais votada em BH, primeira trans na Casa quer conciliar política e aulas A13



Boulos em loja na estrada do M'Boi Mirim. Mariana Bergamo/Folhapress

Escolas particulares em São Paulo suspendem aulas presenciais após casos de coronavírus B5

Conheça e compare os planos de governo de Bruno Covas e de Guilherme Boulos A6

Coronavac produz anticorpos em 97% dos participantes

A vacina contra a Covid-19 da fabricante chinesa Sinovac é segura e tem capacidade de produzir resposta imune no organismo 28 dias após sua aplicação em 97% dos casos, segundo um artigo revisado por pares e publicado na revista científica Lancet Infectious Diseases.

Os resultados são fruto da análise dos ensaios clínicos de fase 1 e 2 conduzidos na China entre abril e maio. Ontem, a farmacêutica Pfizer afirmou que negociações com o governo brasileiro avançam e que, no caso de acordo, pode ofertar sua vacina em janeiro. Saúde B2

Pandemia no Brasil

Brasil
Casos 5,9 mil 29,7 mil 64,6%
Óbitos 166,7 mil 557 51,8%

Dados dos 20h de 17 nov. *Média móvel de 7 dias **Em relação a 14 dias

Estágios da pandemia

Estágio
Acelerado
Estável
Desacelerado
Reduzido



EDITORIAIS A2

Repique paulista

Sobre alta de internações por Covid-19 no estado.

Cordão sanitário

Acercas de relação entre Bolsonaro e os militares.

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037
ISSN 1414-5753
9 771414 572049

Eliminatórias 100%: Brasil se impõe em Montevideu e bate Uruguai por 2 a 0

PÁGINA 32

Marca.
Richarlison fez
o segundo gol
da seleção

O GLOBO



Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 2020 ANO XCVI - Nº 31.880 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00

PANDEMIA

Covid acelera no país, e medidas de isolamento voltam a ser discutidas

Números de casos e de mortes crescem em 14 estados de todas as regiões, inclusive RJ e SP

A pandemia da Covid voltou a assustar os brasileiros: a média móvel do número de mortes fechada ontem é de 557, um crescimento de 45% em relação a 15 dias atrás, com tendência de alta em 14 estados, inclusive Rio e São Paulo, de todas as regiões. O registro de casos subiu ainda mais, 71%. Es-

pecialistas em saúde pública já avaliam a necessidade de retomar medidas de isolamento social, mas reconhecem que haverá resistência da população, à beira das festas de fim de ano. O estado de São Paulo prorrogou a quarentena até 16 de dezembro e cogita medidas mais restritivas. PÁGINA 18

Na berlinda, ministro aposta em militares

Criticado por sua atuação à frente do Ministério da Educação, Milton Ribeiro reforçou a ala militar da pasta em busca de sustentação no cargo. MEC repassou até agora apenas 32% dos R\$ 525 milhões previstos para ajudar na retomada das aulas presenciais. PÁGINA 19

Cúpula do Brics: Brasil e China em lados opostos

Reunião virtual dos chefes de Estado do Brics acentuou a divisão no bloco. Enquanto o presidente Jair Bolsonaro criticou a OMS e os "ataques injustificáveis" sobre o clima, o presidente da China, Xi Jinping, defendeu o multilateralismo e os esforços contra o aquecimento global. PÁGINA 30



Tragédia em paraíso turístico

Desabamento de falésia em Praia de Pipa (RN) matou casal e filho de 1 ano, além do cachorro da família. Região é concorrido destino turístico do Nordeste. PÁGINA 17

ELEIÇÕES 2020

Candidatos evitam Bolsonaro no segundo turno

Depois do mau desempenho de candidatos apoiados por Bolsonaro no domingo, nas principais cidades apenas Marcelo Crivella (Republicanos), no Rio, e Delegado Eguchi (Patriota), em Belém do Pará, demonstram desejo de ter o presidente ativo em suas campanhas no segundo turno. PÁGINA 6

Preparando o segundo turno



— Vou botar os laranjas pra rodar!

IPOs no país têm o melhor ano desde 2007

Apesar da crise causada pela pandemia, 2020 é o melhor ano para a abertura de capital de empresas tanto em volume financeiro quanto em número de operações desde 2007. IPO da Rede D'Orcê, em dezembro, que pode captar R\$ 12,6 bilhões, é o maior em 11 anos. Queda dos juros é apontada como estímulo. PÁGINA 25

CONSUMO MUSICAL

A festa da Black Friday

Varejistas recorrem a shows e campanhas virtuais de cantores como Anitta a fim de atrair clientes para venda on-line. PÁGINA 28

Tradicional no Centro, Casa Villarino anuncia fechamento

O endereço onde surgiu a dupla Tom e Vinícius encerrou as atividades. Centro já perdeu 40% de seus bares e restaurantes. PÁGINA 20

MULTIPLATAFORMAS

Lauro e Gabeira iniciam série de entrevistas com candidatos PÁGINA 16

MERVAL PEREIRA

Aval de Bolsonaro a boatos contra apuração afronta democracia PÁGINA 2

ELIO GASPARI

Fala do general Pujol foi necessária e na hora certa PÁGINA 3

EFEITO INFLAÇÃO

Salário mínimo deve subir para R\$ 1.088, acima do previsto PÁGINA 26

ESQUENTA

BLACK FRIDAY CAO A CHERY

OFERTAS IMPERDÍVEIS

VerCapas.

CAOA CHERY

QUALIDADE, TECNOLOGIA E BOM PREÇO

No trânsito, dá sentido à vida.

VEJA NAS PÁGINAS 8 e 9

www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASILIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 2020

NÚMERO 20.996 • 82 PÁGINAS • R\$ 2,50

A inesgotável energia de Tom Zé

Aos 84 anos, o multi-artista não para! Cheio de projetos, ele trabalha em uma peça inspirada em *Língua Brasileira*, faixa do disco com canções raras do repertório dele. Há, ainda, uma biografia a ser lançada no próximo ano. PÁGINA 24

Reencontro com Ceni

Vencedor do primeiro jogo, São Paulo joga pelo empate, hoje, com o Flamengo, para chegar à semifinal da Copa do Brasil. PÁGINA 16

Brasil fecha 100%

Vitória por 2 x 0 sobre o Uruguai, em Montevideu, deixa a Seleção na liderança das Eliminatórias Sul-Americanas da Copa. Arthur e Richarlison marcaram os gols. PÁGINA 15

Arquivo Pessoal/Diálogo

A negritude nas ruas da capital

A história de Brasília de 1950 a 1990 pode ser vista em fotos nas paradas de ônibus dos Setores Comercial e Bancário Sul. Elas registram a presença de pessoas negras nos espaços sociais da cidade. Curadora da exposição, Ana Flávia Magalhães (foto) diz que a proposta é antirracista. PÁGINA 21

Sinais de nova onda de covid alertam o país

Com mais de 166 mil mortes e quase 6 milhões de casos no Brasil, a pandemia do novo coronavírus emite sinais de novo fôlego. Após um período de recuo, a comparação entre as duas últimas semanas epidemiológicas — um dos critérios adotados para avaliar o avanço da doença — registrou um aumento de

65% no número de infecções e de 42% na quantidade de óbitos. Os índices diários também preocupam. Nas últimas 24 horas, o país acumulou mais de 35.294 casos e 685 mortes, patamar comparável ao que ocorre nos EUA e na Índia. Segundo o Imperial College, de Londres, a taxa de transmissão no

Brasil chegou a 1,10, o que indica níveis de descontrole no contágio. Somente esta semana, o Ministério da Saúde se reúne com representantes de quatro farmacêuticas dedicadas à produção de uma vacina contra a covid-19. Laboratório chinês publica bons resultados com a CoronaVac. PÁGINAS 6 E 14

Minervino Júnior/CSO & A Press

Os sonhos morreram com Wallison

O carro com som poderoso e moderno era o xodó do morador da QNP 17 de Celândia. Comprou com o salário de PM, profissão que conquistou há cinco anos. Um assalto pôs fim à vida do jovem de 28 anos. Três bandidos tentaram roubar o veículo, Wallison reagiu e foi baleado, em frente de casa (foto). A tragédia moveu vizinhos, amigos e colegas de farda. Ele será enterrado hoje. PÁGINA 17

Blogueiro que tentou driblar o STF ficará preso em casa

Investigado por espalhar fake news e por participar de atos antidemocráticos, Oswaldo Fastáquio descumriu medidas cautelares. Por ordem do Supremo, o bolsonarista está em prisão domiciliar, com tornozeleira eletrônica. PÁGINA 4

Madeira ilegal vira briga entre Brasil e Europa

Em resposta às críticas internacionais, o presidente Bolsonaro anunciou que divulgará uma lista de países compradores de madeira ilegal brasileira. PÁGINA 8

De mudança

Casal que ocupava ilegalmente casa no Lago Sul é despejado. PÁGINA 19

Mega-sena

Prêmio acumulado pagará, hoje, mais de R\$ 50 milhões. PÁGINA 19

Sinais de retomada no comércio

Marcelo Ferreira/CSO & A Press



Ao CB.Poder, o presidente da Fecomércio-DF, Francisco Maia, afirma que o setor está otimista com as vendas de Natal. Ele destaca a abertura de três mil vagas temporárias neste fim de ano. PÁGINA 20

Abadiânia

Japonesa é vítima de latrocínio

Médica de 43 anos foi morta na cachoeira que fica no terreno da Casa Dom Inácio de Loyola, do médium João de Deus. Hitome Akamatsu, que tinha sobrevivido ao acidente nuclear de Fukushima, meditava quando foi atacada por um criminoso. PÁGINA 7

Reprodução/Redes Sociais



Falésia desaba e mata família na praia de Pipa

Acidente ocorreu na Baía dos Golfinhos, uma das mais famosas do Rio Grande Norte. Hugo Mendes, Stela Souza e o bebê Sol foram soterrados. Casal teria sido alertado. PÁGINA 7

Novo apagão

Amapá volta a ficar às escuras

Operador Nacional do Sistema Elétrico e senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) confirmam nova queda de energia, ainda sem causa identificada. PÁGINA 7

Argentina

Congresso debaterá aborto

Presidente Alberto Fernández envia ao Legislativo projeto de lei para legalizar interrupção da gravidez. Feministas celebram. PÁGINA 12



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br
(61) 99256.3846 DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .